

**PESCADORES RIBEIRINHOS E HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA:
EXPERIÊNCIAS LOCALIZADAS**

LUÍS AUGUSTO PEREIRA LIMA

Bolsista Capes, Doutorando em Geografia (PPGG/UNIR)

Pesquisador do Laboratório Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (LAGET)
e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

aplluis@yahoo.com.br

Resumo: Consoante aos grandes projetos instalados na Amazônia, as hidrelétricas representam um dos maiores entraves e desafios às comunidades tradicionais, os pescadores ribeirinhos. E por entender que o espaço amazônico perpassa por transformações conflitantes, objetiva-se refletir sobre três experiências referidas aos pescadores ribeirinhos de Porto Velho (RO), de Tucuruí (PA) e de Caracaraí (RR), cuja relação com as hidrelétricas expressam fatos e situações emblemáticas.

Palavras-chaves: Pescadores – Território – Hidrelétricas.

Abstract: According to big projects installed in the Amazon, hydro-electric they represent one of the greatest obstacles and challenges to the traditional communities, for the marginal fishermen. And understand that amazon space passes for conflicting transformations out objective to reflect on three referend to experiments the fisherman marginal Porto Velho (RO), Tucuruí (PA) and Caracaraí (RR), whose relations with hydro-electric ones express facts and emblematic situations.

Words-keys: Fishermen – Territory – Hydroelectric.

Introdução

Os pescadores ribeirinhos amazônicos em suas especificidades constituem territorialidades, saberes e práticas na relação com o rio como existência e extensão de suas vidas e dos seus territórios. As relações se estabelecem sob um dado conhecimento que está além do conhecimento prático formal. Não se vinculam às hidroelétricas nem às compensações ínfimas que ordenam sobrepor suas especificidades territoriais.

Considerando que hoje, na Amazônia, o processo histórico é negativo em favor dos pescadores, sejam ribeirinhos, tradicionais, artesanais, associados em colônias e outras entidades, além de outras categorias de “atingidos” pelas usinas, mas as suas territorialidades ainda têm se mantido. Este panorama, em que o território dos pescadores ribeirinhos perpassa por uma possível redução em sua territorialidade, essencialmente aquele relacionado e de acesso ao rio, restringe-se a cada plano de uma hidroelétrica.

Observa-se uma gama de grandes projetos, em destaque as hidroelétricas, que subvertem a territorialidade de muitas comunidades tradicionais. Sentido em que um dos maiores vínculos dada à existência territorial na Amazônia são os recursos hídricos,

ou seja, os rios que representam intimamente a relação dinâmica de resistência dos pescadores.

Para isto, abaixo apresento o Mapa 1 com as localizações referidas aos pescadores e às cidades cujas relações com as hidrelétricas serão abordadas. Observa-se também no mapa em questão que as rodovias federais projetam uma conexão a ser explorado em outro momento, mas suas representações pesam sobre as especificidades dos pescadores ribeirinhos.

Mapa 1: Localização dos pescadores, cidades e hidrelétricas na Amazônia



Fonte: Autor.

Tomando o mapa como apoio, e sobre os vínculos registrados, objetiva-se refletir acerca das experiências localizadas de pescadores ribeirinhos de Porto Velho (RO) com as UHE Jirau e Santo Antônio; dos pescadores de Tucuruí (PA) com a UHE Tucuruí; e dos pescadores de Caracará (RR) com a UHE Bem Querer associada à indústria da pesca e da pesca esportiva e às unidades de conservação.

A metodologia procedeu na consulta de referenciais teóricos e das experiências referidas aos pescadores de Porto Velho (RO), de Tucuruí (PA) e de Caracará (RR). Um suplemento aos debates sobre um dos contextos do espaço amazônico, por considerar que ainda estão em curso diversos projetos viabilizando hidrelétricas na Amazônia.

Portanto, o breve artigo projeta uma compreensão inicial acerca dos pescadores ribeirinhos e das hidrelétricas na Amazônia, cuja restrição ao território é “flagrante” em termos práticos.

O território dos pescadores ribeirinhos em disputa

As situações a serem elencadas apresentam uma realidade territorial em disputa. Contudo, coaduna com a prioridade do Estado brasileiro em propor projetos hidroelétricos que “sobrepõem” o território de inúmeros agentes sociais, oportunamente o território dos pescadores ribeirinhos. Por esse prisma, percebo a princípio, que, no início, o planejamento das hidroelétricas pelo governo e empresas perpassa pelo controle do poder político, econômico e cultural do território, que se apoia nas relações políticas de poder local e nacional. Nesse caso associam-se as relações de poder, “quer se trate de existenciais ou reprodutivas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158), o controle do território, a restrição do território aos pescadores, a redução ou nenhum acesso ao que compreendem como território de relações e práticas de reprodução física e social. Alinha-se ao que Saquet (2007, p. 164) situa como “as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as *novas* territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo”. Gerando transformações, novos significados e relações de poder que ressignificam o território às “*novas* territorialidades”, às compensações ínfimas que vigoram na configuração do espaço amazônico.

De certo que há uma tensão na configuração do território amazônico, mas que pode ultrapassar os padrões identificados por Porto-Gonçalves (2008, p. 81), sejam “o padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta* e o padrão de organização do espaço *estrada-terra firme-subsolo*”. O que ultrapassa na verdade é a combinação desses padrões em estratégias de exploração econômica aliada às ações governamentais e das empresas. Portanto, a combinação desses padrões está numa escala geográfica que alcança e constitui o perfil do espaço amazônico.

Os significados dos territórios aos pescadores, no sentido da “prática”, da apropriação, representa um dinamismo complexo e amplo que não compreende as “utilidades” propostas pelos projetos e planos referidos às hidroelétricas. Um sentido que se materializa.

A territorialidade destas coletividades humanas se torna materializada quando se percebe a delimitação de seus territórios a partir da apropriação e uso onde os pescadores são capazes de delimitar mentalmente estes recortes espaciais e mesmo representá-los através de mapas mentais, formando uma malha política que emerge do poder de forças localizadas que mesmo não sendo reconhecidas e legitimadas pelo poder estatal são pertinentes como forma de assegurar seus domínios de vivência e reprodução, isto é, sua territorialidade. (GUEDES, 2011, p. 55).

Os significados privilegiados pelos pescadores constituem a alternância com o extrativismo, a agricultura e concomitante com a pesca. E, “em função da associação de suas práticas relativas à pesca, a caça e ao extrativismo, os povos e comunidades tradicionais observados transcendem à interpretação” (LIMA, 2015, p. 52) da legislação¹. Os decretos referidos em nota de página já foram alterados pelo Decreto N°

¹ Decreto n. 8424 - regula sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente e o decreto n. 8425, regula sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Disponível em www.planalto.gov.br.

8.967 de 23 de janeiro de 2017, que classifica o registro da atividade pesqueira como única e exclusiva fonte de renda para o pescador (a) *ser ou não ser* pescador (a) e então receber os “benefícios” como tal. Estes decretos incidem diretamente sobre a alternância das atividades e da apropriação do território. Refletem assim, de imediato na constatação das empresas construtoras das usinas que ao realizarem seus “relatórios socioeconômicos”, costumam “classificar” como pequenos agricultores ou ribeirinhos, moradores nas margens e adjacências dos rios, sem mencionar pescadores de fato.

Na visão de Firth (1975, p. 03) sobre “os pescadores malaios”, destaca:

A cultura principal do agricultor é geralmente também o seu alimento básico, mas como o pescador não vive somente de peixes, ele também cultiva arroz e outros gêneros alimentícios semelhantes ao seu principal produto. Tradução nossa.

O autor ainda relata que os pescadores malaios associam a pesca ao extrativismo de maneira a equilibrar a sua reprodução física e social, considerando que os membros da unidade trabalho familiar podem ser ou ter agricultores e pescadores em seus grupos. A alternância entre as atividades dos pescadores e sua fonte de renda está sob o que regula os decretos citados.

A seu modo os pescadores mantêm resistência e mobilização, contudo “mídia e academia, infelizmente quase sempre valorizam o pior conhecimento sobre as hidrelétricas” (SEVÁ FILHO, 2004, p. 02). Prolifera uma luta desigual, o território revertido em disputa e o reassentamento passa a ser o resultado de luta. Por outro lado, “o quê resulta destas obras é mais do que uma nova construção, na realidade é um novo relevo naquele trecho” (idem, p. 14), do rio, do território em que os pescadores podiam entrar. Sob este referencial, Haesbaert (2014, p. 57) esclarece que o território:

Desde a sua origem nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – para aqueles que, com essa dominação, ficam aliçados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar.

Este sentido de afastar, apartar e impedir no que o autor conceitua, prevalece o território como material ou ainda como normativo. Expressa o impedimento ao território na conjuntura jurídica e política, econômica e cultural atual na Amazônia o “afastar” dos pescadores, ribeirinhos e outras categorias. Sob este sentido se visualizam as dinâmicas territoriais dos pescadores, enquanto restritas em acessar e permanecer no território, sejam os rios ou às áreas de reprodução física e social, convertidas em expressões urbanas.

A lógica do “medo” e da dominação no processo de instalação das hidroelétricas refazem os cursos dos rios, “desfazem” as vidas autônomas dos pescadores. Os conduzem as incertezas das compensações. A disputa atrelada a “força” do capital “empreendedor” das empresas podem justificar as políticas governamentais. Este processo de transformação e ressignificação territorial são remetidas às “novas territorialidades”, mas sem a identidade de suas relações. Vê-se dessa forma, o território dos pescadores sobrepostos pelas usinas.

As experiências localizadas: pescadores e hidrelétricas na Amazônia

As experiências localizadas referidas incidem sobre situações que expressam fatos e contextos emblemáticos, pois a disputa desigual do território relativa aos pescadores está relacionada às relações de poder, ao controle do território e a sua restrição e redução propriamente. Também pode ser entendida como um “programa de afastamento dos povos e comunidades tradicionais” dos recursos hídricos. Entretanto, existem outros “processos políticos territoriais” em curso na Amazônia que não envolvem somente as hidroelétricas e que ditam tal disputa.

Há em curso uma “malha programada²” que ainda não foi fechada, referida para modernizar o território no que tange à Amazônia sob os planos e programas empenhados pelas políticas governamentais. Dessa maneira, subestimando os territórios e as identidades dos pescadores, ribeirinhos, agricultores, indígenas, quilombolas e outras referências identitárias. A malha³ agora como explicação constata o fato de que os pescadores estão sob uma “violenta incorporação” e vêm seus territórios redefinidos a situações urbanas, o seu modo de vida, especificamente das suas territorialidades. Observa-se que a “malha programada” foi refletida a mais de 20 anos e ainda se vê o processo político territorial em curso e sem tempo para a “renderização”⁴. É expressivo que o capital necessite de todo controle possível do território. Nessa perspectiva ou nos aspectos gerais estão àqueles que foram “deslocados”, removidos como “obstrução” com seus significados compulsoriamente de seus territórios, como “obstáculos”, ou foram restringidos a um estado de território indefinido.

E ao considerar esta “indefinição”, com a representação oriunda de sobreposição, de expropriação territorial das comunidades tradicionais, os pescadores das comunidades do rio Madeira, em Porto Velho (RO), viram as usinas de Jirau e Santo Antônio serem construídas. Como referência ao mapa, tal experiência localiza-se a partir de Manaus sentido sul. E a certeza que as obras seriam realizadas era inevitável e o que ocorreria com os pescadores também.

“Tu já tem andando por aí, visto as usinas que são vista por aí, **o que é que acontece com os pescadores** e onde tem usina num tem ninguém, **jogam ele lá pro meio da cidade e aqui na periferia** ele vai sofrer porque tira totalmente a cultura dele, ele vai rodar, rodar e cai lá na boca da beira do rio”. Membro da Colônia de Pescadores Z-1 de Porto Velho, Outubro de 2008. (PNCSA, Boletim Informativo N. 02, 2009, p. 04) Grifo nosso.

A previsão do pescador assinala que estariam “destinados a desaparecer”. Haveria uma subordinação em que eles não poderiam rever seus territórios. Estariam “no meio da cidade, na periferia” sem as relações sociais, sem as territorialidades.

Além da retirada compulsória de seus territórios, das suas territorialidades, os

²Cf. BECKER, Bertha W. Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, Iná Elias de [Et al] (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

³ Como utensílio de pesca ou na linguagem dos pescadores, espaço entre os nós que prendem a estrutura da rede ou malhadeira de pesca.

⁴ Cf. dicionárioportuguês.org “é o processo pelo qual se obtém um produto final de um processamento digital”.

pescadores foram excluídos de qualquer referência de reparação identitária, pois não poderiam mais exercer a pesca. Contudo, o processo de construção das usinas do rio Madeira ainda não cessou e “muitos pescadores afirmaram que os impactos previstos sobre esta atividade já se fazem sentir, e alegaram que a captura de peixe tem diminuído bastante desde a construção da barragem” (RAINEY E RAINEY, 2016, p. 241), nos poucos locais de acesso. A observação dos autores nos remete a considerar que as “consequências” não serão sanadas. O que há ou o que ficou, além da Figura 01, como registro do que foi “destinado a desaparecer”.

Figura 1: Pescadores no flutuante na Comunidade São Domingos, antes da barragem



Fonte: PNCSA, Boletim Informativo, 2008.

Consoante ao exposto e em uma atividade de campo⁵ a duas comunidades “atingidas”, Riacho Azul e São Domingos conforme a imagem com os pescadores com os peixes no flutuante do rio Madeira, foi constatado uma ação da usina Santo Antônio Energia. Nestas comunidades localizadas na margem esquerda do rio Madeira, em Porto Velho, identifiquei um cartaz de campanha alusiva a “preservar os peixes do Rio Madeira”. Trata-se da tentativa de integrar os moradores e os pescadores “desprovidos” de suas atividades de pesca, na campanha de “reabilitação” do “Programa de Conservação da Ictiofauna” sob o *slogan*: “Pescou um peixe marcado? Conte pra gente”, dizia o cartaz. Sob o fato de que o consórcio causou esse dano, barrou o rio e a redução dos peixes e sujeita os “pescadores sem rio” a participar e “receber um certificado e um brinde especial pela participação”. Haja vista que há um “projeto” de monitoramento de peixes com “chips” no lago da usina. Parece-nos a tentativa de transferir a eles a responsabilidade social e ambiental⁶ da construção das usinas hidrelétricas e dos danos. As experiências dos pescadores do rio Madeira são mais recentes, diríamos, mas contrastam com as experiências vividas pelos pescadores do rio Tocantins em Tucuruí.

Nesta experiência, a referência de localização no mapa é Belém, que situa ao sul,

⁵ Realizada em outubro de 2016.

⁶ Cf. ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Ver item 5. Quais as transformações pelas quais passam os sujeitos da ação ambiental.

no rio Tocantins, os pescadores ribeirinhos em Tucuruí (PA) e a UHE Tucuruí. O processo em Tucuruí já imprime um ritmo desde a década de 70, com ações diretamente sobre os pescadores e comunidades expropriadas que utilizam a pesca no Rio Tocantins para sua reprodução física e social.

A abordagem em Tucuruí (PA), segundo o senhor Esmael Rodrigues Siqueira⁷, nos relata que “depois disso, da barragem do rio, veio a desgraça. Fecharam o rio, a água baixou de vez e nada teve, nada de escola, nada de saúde. A sorte foi que cada comunidade tinha um igarapé central e salvou a todos”. As comunidades foram removidas e muitos moradores foram para a cidade de Tucuruí. Mas, aqueles que permaneceram nos seus territórios, perderam o rio, ficou apenas uma água “sem vida”.

“A nossa atividade que é pesca, não dá mais pra bóia, **ninguém pega mais nem a bóia**, tá ai o peixe que vocês vão almoçar agora tá vindo de outro lugar, tá vindo de Pacajá, de Altamira, tá vindo filhote de lá, é o peixe de lá, porque aqui mesmo a Eletronorte, a barragem acabou tudo, o que tinha acabou”. Ronaldo Adriano Moraes, Vila Caputeua, Junho/2013. (PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 10, 2014, p. 09) Grifo nosso.

Os traços de uma realidade ainda presente em muitos locais, mas a impossibilidade de não poder pescar e não poder “pegar” mais o peixe para a própria alimentação, pode “acabar com tudo”. As especificidades dos pescadores se fragmentam sob essa perspectiva imutável da usina no rio.

Figura 02: Pescadores e pescadoras da Vila Caputeua sob os efeitos da hidroelétrica na pesca a jusante no Rio Tocantins, junho/2013.



Fonte: PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 10, 2014.

A UHE Tucuruí remonta os anos 70 e ainda hoje não sanou os danos que tem causado ao meio ambiente, aos moradores e pescadores do rio Tocantins, que exerciam sua atividade com o direito ao território. No entanto, como assinalou Haesbaert (2014,

⁷ Liderança da Associação das Populações Organizadas vítimas das obras do Rio Tocantins e Adjacências (APOVO, entrevista realizada em 2014, Manaus (AM)). “As comunidades organizadas pelo movimento, da beira do rio Tocantins que tinha a roça e a pesca para manter suas famílias, quando passava a equipe da Eletronorte, da Conspara [construtora], empresa da pesquisa, diziam pra nós: “esses aí, são a turma do contra, contra a boa educação, contra a saúde”. “Tudo isso aí, vocês vão ter com a construção da usina””.

p. 57), um território “com a inspiração do terror e do medo”. Um sentido completo de deterioração do território, haja vista que agora os pescadores seguem o “consumo urbano-industrial”, não podem pescar.

Podem-se conter outras atividades, mas não a expropriação dos recursos e territórios pelas usinas hidroelétricas? Há uma morosidade nesse processo que implica na resistência dos agentes sociais, dos pescadores. O governo e as empresas projetam as usinas em um plano de tempo e executam em outro.

Em outro extremo, visto no mapa próximo à cidade de Boa Vista (RR), no rio Branco, em Caracará, a UHE Bem Querer, “prevista desde 2010, iniciou seus preparativos em 2012 e agora prever sua finalização em 2020” (FEARNSIDE, 2015, p. 15). Contudo, com a implantação da UHE, há um conjunto de situações como a indústria da pesca e da pesca esportiva, e as unidades de conservação, que assumem o conjunto de fatores que viabilizam a expropriação do território dos pescadores, agricultores e indígenas.

Neste processo já se inserem as ações ampliadas da indústria da pesca que se instalou fortemente em Roraima e constitui ameaça real às territorialidades dos pescadores.

“A indústria da pesca que se instalou tem sido bastante desfavorável para os pescadores de pequeno e médio porte [...]. Para estes, o peixe é utilizado na alimentação cotidiana, sendo comercializado apenas o excedente da produção”. Marilene, Membro da Diretoria do Sindicato dos Pescadores de Caracará (PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 09, 2014, p. 03-04).

As relações que se estabelecem nesse contexto, tendem a inviabilizar a base de alimentos dos pescadores. A indústria da pesca e da pesca esportiva e unidades de conservação projetam uma restrição aos recursos e às territorialidades cujas consequências se aprofundam. E relativo às unidades de conservação que não contemplaram os territórios de pesca dos pescadores, quando de suas constituições, e a pesca esportiva, agora promovem impedimentos a tais locais no Rio Branco e adjacências.

Figura 03: Manifestação em oposição à hidroelétrica



Fonte: Imagem cedida pelo Sindicato dos Pescadores, PNCSA, Caderno Nova Cartografia, N. 09, 2014.

Sobre isto, o senhor Euzébio, do Sindicato dos Pescadores de Caracaraí (PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 09, 2014, p. 05) relata que “as restrições ocasionadas também pela pesca esportiva incomoda [...] e o sentimento que prevalece é o de que foram expropriados de recursos que antes estavam ao seu alcance”. E neste compêndio e contexto ainda existe a UHE, cuja ação do sindicato dos pescadores, do movimento Puraqué, empresários, agricultores, pecuaristas, igrejas e sociedade civil estão em oposição “ao projeto da hidrelétrica do Bem Querer e se juntaram na campanha Salve o Rio Branco e solicitaram a interrupção do processo”. (MANIFESTO PURAQUÉ, idem, p. 09).

Isto revela ainda o processo de resistência dos pescadores e os demais, o início de uma longa “marcha” de mobilização cuja experiência dos dois casos anteriores não houve uma “compensação satisfatória”. O objetivo do mapa, além de oferecer uma localização do que fora exposto inicialmente, também proporciona uma visão espacializada das ações que proliferam na Amazônia sob a ordem dos grandes projetos, das hidroelétricas. Essas ações “empreendedoras” alcançam os extremos amazônicos. As rodovias federais já tecem a dinâmica entre esses locais, não completamente, mas já estão na ordem das ações dos projetos e planos do governo brasileiro.

Os pescadores no rio Madeira, em Porto Velho, estão no dilema da “vida urbana” enquanto as hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio estendem seus “linhões” ao Operador do Sistema Nacional (OSN), que já tem conectado à UHE Tucuruí, enquanto os pescadores ainda lutam por direitos e pelo território. A UHE Tucuruí, por sua vez conectou-se à Manaus como “integração do sistema” e dentro de pouco tempo ter-se-á o “linhão” da UHE Bem Querer chegando até Manaus e ao OSN. Os pescadores neste contexto de sobreposição e expropriação do território têm seus territórios em uma disputa com os planejadores de forma desigual. Os aparatos políticos, econômicos, culturais e estatais que tangem o crédito, à condição fiscal e legal para que as hidroelétricas permaneçam com este modelo expropriador.

Considerações

O contexto expressa a ação do capital na apropriação do território e na remoção dos “obstáculos”. Esta visão de restrição do território dos pescadores em função da construção de hidroelétricas, pré-dispõem uma realidade de exploração econômica a princípio. No entanto, na realidade há a incorporação, da substituição ou do desaparecimento do modo de vida dos pescadores e de outros agentes sociais na ação “malha programada” a modernizar o território.

Embora, estudos específicos sejam realizados para a implantação dessas “estranhas catedrais”⁸, engenharias avançadas, não compreendem a territorialidade diferenciada entre os pescadores e os rios. A significação múltipla e complexa do território dos pescadores está sendo suprimida e suas localizações de pesca e moradia comumente não são referidas nos “mapas” das empresas, quando são, como obstáculos a serem removidos. De repente, os significados mais contundentes estejam no uso do território como conceito. As empresas e o governo combinam os padrões de organização do

⁸ SEVÁ FILHO, Arsênio O. **Estranhas Catedrais**: Notas sobre o Capital hidrelétrico, a Natureza e a Sociedade. Esse artigo inédito foi elaborado especialmente para a revista Ciência e Cultura para publicação no Núcleo Temático Energia Tecnologia e Ambiente, julho de 2008.

espaço amazônico, definem a apropriação dos conceitos para análise dos sujeitos, em outro, como instrumento de prática e ação normativa, sem permitir outras realidades.

Deixa-se assim, a possibilidade de outros embates, pois as hidroelétricas ainda continuam chegando e estas sobre as experiências em questão, priorizam suprimir suas realidades e outras que são vistas como “obstrução ao processo político territorial” proposto pelo Estado brasileiro para a Amazônia. Então, é notório que o território na Amazônia ainda está em processo político territorial de integração produtivo do capital.

Referências bibliográficas

- FEARNSIDE, Philip. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais** na tomada de decisões sobre grandes obras. - Manaus: Editora do INPA, 2015. Cap.1.
- FIRTH, Raymond W. Fishing Economy and Malay Rural Society. In: **Malay Fishermen. Their Peasant Economy**. The Norton library, Reimpresso e publicado Archon Books, Hamden Connecticut, USA, 1975. Cap. 1.
- GUEDES, Eneias Barbosa. Território e territorialidade de pescadores no Marajó: o exemplo das localidades Céu e Cajuúna Soure, PA. In: SILVA, João Márcio P. da [e] SILVA, Christian Nunes da. (Org.) **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira**. 1. Ed. Belém, GAPTA/UFPA, 2011.
- HASEBAERT, Rogério H. da Costa. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- PNCSA, Boletim Informativo N. 02. **Complexo Madeira – Conflitos Sociais na Pan-Amazônia**. Ano 2, n. (Mar. 2009) Organizado por ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de [et al]. Manaus: UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2009.
- PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 09. **A luta dos trabalhadores rurais e pescadores de Caracaraí (RR) em defesa de seus direitos**. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 9 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014
- PNCSA, Caderno Nova Cartografia N. 10. **Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí**. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 10 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. 1ª. Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.
- LIMA, Luís Augusto P. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária: Estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território em situações sociais referidas a quilombolas e indígenas**. 2015. Dissertação (Mestrado Cartografia Social e Política da Amazônia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em Associação temporária com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), São Luís, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Editora Ática S.A – São Paulo, 1993.
- RAINEY, Steve J. e RAINEY, Maura C. Araújo. Perspectivas ribeirinhas sobre os impactos da construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira. In: COSTA SILVA,

Ricardo Gilson da (Org.) **Porto Velho, cultura, natureza e território**. E-BOOK, PDF - ISBN: 978-85-65720-33-5 - 1ª Ed. Temática Editora; Edufro. Porto Velho / RO, 2016. Pág. 234-260.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEVÁ FILHO, Arsênio O. **Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas**: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente, do 2º Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, maio de 2004. ANPPAS: 2004.